

Dívida: até setembro, muitos problemas.

A.M. Pimenta Neves, nosso correspondente em Washington.

O presidente do Banco Central do Brasil, Carlos Langoni, concedeu ontem uma entrevista à Imprensa na sede do Banco do Brasil, em Nova York, em que deixou transparecer as dificuldades que o Brasil enfrenta nas negociações com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos comerciais.

As coisas não transcorrem de maneira tão tranqüila como deram a entender, algumas autoridades nacionais. Langoni disse que a aprovação formal do novo acordo pela diretoria executiva do FMI só deverá ocorrer no final de setembro.

Isto significa que o desembolso da segunda e terceira parcelas do empréstimo do fundo será feito com atraso maior do que os bancos esperavam. Significa ainda que o desembolso das parcelas do empréstimo-jumbo de 4,4 bilhões de dólares terá demora maior e que os atrasos comerciais do Brasil crescerão.

Langoni situou os atuais atrasos brutos do Brasil em 1,35 bilhão de dólares e os líquidos em 1 bilhão de dólares, o que implica um aumento considerável nas últimas semanas.

O presidente do Banco Central disse esperar que uma palavra favorável do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiere, às medidas econômicas que o Brasil adotou recentemente — o que prenunciaria sua aprovação pela diretoria executiva do FMI — bastaria para acelerar o desembolso das parcelas devidas pelos bancos comerciais.

Os técnicos do FMI precisarão de duas ou três semanas ainda para examinar os efeitos das medidas adotadas pelo País antes de

concluir seu relatório ao diretor-gerente.

O Brasil terá de pedir um **wavier** ao FMI para os desvios na execução do programa nos primeiros dois trimestres do ano, disse Langoni.

A partir de 31 de agosto o Brasil, caso o novo programa seja aprovado, poderá sacar as duas parcelas trimestrais, a primeira presa desde 31 de maio, e a segunda a ser liberada a partir de 31 de agosto, no valor de 374 milhões de direitos especiais de saque cada uma.

Porque o Brasil não conseguiu sacar a primeira parcela do FMI, não pode também lançar mão da segunda parcela de 541 milhões de dólares líquidos do empréstimo-jumbo dos bancos. Em setembro poderá obter a terceira parcela de aproximadamente o mesmo valor. Evidentemente, seria interessante para o Brasil poder antecipar o saque dessas quantias — em grande parte já comprometidas por empréstimos-pontes anteriores dos bancos —, mas Langoni não soube dizer se isso ocorrerá de fato.

Langoni deixou claro pelo menos que nem todo o dinheiro adicional que o Brasil tenta obter este ano virá dos bancos privados. Ele reuniu-se ontem com o **Steering Committee** do comitê de assessoramento, chefiado por William Rhodes, do **Citibank**, para expor os pormenores das novas medidas econômicas adotadas pelo governo e para tratar dos recursos adicionais para este ano e de um novo pacote financeiro para o ano que vem.

O presidente do Banco Central recusou dizer quanto o Brasil vai tentar obter a mais para este ano, mas disse que o buraco nos proje-

tos 3 e 4 (linha interbancária e créditos comerciais) é de 3,8 bilhões de dólares, 3,5 bilhões e 300 milhões de dólares respectivamente.

Os recursos adicionais que o Brasil procura, entretanto, terão de ser, preponderantemente, de médio e longo prazos, e virão dos bancos comerciais, de organismos multilaterais de financiamento e de outras fontes, provavelmente governos ou bancos centrais. Langoni disse não ter pedido nada ao Tesouro dos Estados Unidos ainda, mas deixou aberta a possibilidade de vir a fazê-lo. O problema dos empréstimos de governos e bancos centrais é que são feitos a curto prazo. Como se sabe, há alguns meses o **chairman** da reserva federal, Paul Volcker, mencionou a hipótese de o Tesouro voltar a prestar dinheiro ao Brasil e, na época, citou a quantia de 500 milhões de dólares.

Langoni confirmou também que o Brasil já está negociando empréstimos novos de médio e longo prazos, para o ano de 1984. Disse que todas as partes estão conscientes de que o Brasil não deve sofrer os mesmos problemas de iliquidez no próximo ano. Não quis mencionar o volume desejado, mas os bancos têm mencionado 5 a 6 bilhões de dólares. Além disso, o Brasil terá também de refinarciar as amortizações do ano que vem, num total aproximado de 5 bilhões de dólares.

Antes de deixar Washington anteontem à noite, o presidente do Banco Central encontrou-se com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosiere "para ter idéia do tipo de desenvolvimento que pode-

mos esperar em relação ao Fundo".

Disse Langoni que o Brasil e o FMI chegaram a um acordo básico sobre os grandes temas de política econômica — Fiscal, monetária e cambial, mas que "falta ainda ajustar alguns detalhes de natureza técnica". Entre eles, salientou a projeção da inflação para 1983. Previu que as taxas de julho e agosto ainda serão elevadas, em função das medidas de ajustamento que o governo tomou.

Afirmou ainda que houve "acordo básico" em torno do déficit de conta corrente de 1983, que agora é projetado em 7,7 bilhões de dólares e não em 6,9 bilhões. "É um desvio relativamente pequeno", comentou.

Ao contrário do que afirmou ontem, Langoni disse também que o Brasil e o FMI chegaram a acordo também em torno da meta para o déficit do setor público, que será reduzido de 6% do PIB para 2,9% do PIB, em termos das contas nacionais. O FMI, observou, queria inicialmente que fosse reduzido para zero. Mas Langoni não quis especificar o que isso significava em termos das necessidades globais de financiamento do setor público, que é o critério tradicionalmente utilizado pelo FMI.

A boa notícia que Langoni deu é que o Banco Mundial resolveu antecipar os desembolsos de seus empréstimos por conta de projetos. Geralmente o Bird só libera seus recursos para projetos depois que as autoridades nacionais investem a parte que lhes cabe. Langoni disse também que o Bird poderá desembolsar para o Brasil este ano de 800 milhões a 1,1 bilhão de dólares.

Atenção Especial